

# RELATÓRIO ANUAL 1999



<b>RELATÓRIO ANUAL 1999</b>	<b>1</b>
<b>1. CARTA DO PRESIDENTE</b>	<b>3</b>
<b>2. A BIODIVERSIDADE</b>	<b>5</b>
O DESAFIO DA CDB	5
A BIODIVERSIDADE EM 1999	7
<b>3. O FUNBIO</b>	<b>10</b>
UM ANO DE DESAFIOS	10
GESTÃO	11
<b>4. AVALIAÇÃO</b>	<b>13</b>
METAS PROGRAMÁTICAS	13
Fundos de Parceria	13
Linha de Apoio para o Desenvolvimento de Planos de Negócios	14
Programa Estudos Estratégicos	17
Código de Conduta sobre Prospecção Biológica	18
METAS INSTITUCIONAIS	19
Avaliação Intermediária	19
Gestão de Ativos	21
Captação de Recursos	21
<b>5. PERSPECTIVAS</b>	<b>22</b>
<b>6. AUDITORIA</b>	<b>23</b>

## 1. CARTA DO PRESIDENTE

O Relatório de 1999 apresenta informações sobre um período marcado por grandes mudanças institucionais e por também significativos desenvolvimentos nas ações de fomento do FUNBIO.

As mudanças institucionais são decorrentes de dois fatos. O primeiro, a Avaliação Intermediária, isto é, a avaliação prevista para ocorrer no terceiro ano de funcionamento do Fundo. Seu objetivo foi diagnosticar e avaliar o projeto, revendo alguns de seus pressupostos, revisando seus rumos, dando-lhe sintonia fina, enfim, preparando-o para uma segunda fase, já mais madura, considerando o seu pequeno, porém significativo, lastro de experiências e realizações.

Esse exercício foi realizado e tomou grande parte das atenções do CD e da Secretaria Executiva durante o ano. Resultou em várias propostas, tanto institucionais quanto programáticas, muitas delas imediatamente absorvidas em práticas do Fundo.

O segundo fato institucional importante foi a determinação da Fundação Getúlio Vargas de cancelar o contrato de hospedagem do FUNBIO, firmado com o Banco Mundial. A FGV considerou que o FUNBIO já teria completado um período inicial de incubação, durante o qual desenvolveu capacidade para estabelecer-se como uma organização independente, sem necessidade de amparo de outra instituição.

Realizar essa passagem tornou-se uma segunda frente - muito importante - de trabalho, altamente demandante de atenção e de esforços, tanto por parte da Secretaria Executiva, quanto do Conselho Deliberativo. Esse processo, devido a sua complexidade e extensão, ainda não foi terminado, tendo avançado pelo ano 2000.

Paralelamente às frentes institucionais, desenvolveram-se ações programáticas de igual importância e impacto. Avançaram as negociações de Fundos de Parceria, com a assinatura de dois contratos em 1999, totalizando uma captação de US\$ 1 milhão e um comprometimento de nossos recursos num igual valor. Como resultado desse avanço nas negociações de Fundos de Parceria, prevê-se a possibilidade de contratar Fundos no valor total de US\$ 5 milhões no ano 2000, atingindo assim a meta de captação, necessária para qualificar o FUNBIO a receber a segunda parcela de recursos da doação do GEF, no valor de US\$ 10 milhões.

O FUNBIO avançou também no que diz respeito ao apoio a projetos de produção e comercialização de bens e de matéria prima com base em recursos biológicos nacionais. Decidiu experimentar nesse nicho, realizando um programa piloto com micro e pequenos empreendimentos, envolvendo diagnósticos dessas iniciativas e

a elaboração de respectivos Planos de Negócios. Após ter avaliado essa experiência, decidiu pela sua continuidade, transformando-a em um Programa de Apoio à Produção Sustentável, a ser lançado no ano 2000.

Vale ainda a pena chamar atenção para duas outras realizações também importantes. Uma, o Código de Conduta para a prospecção de recursos biológicos nacionais. Tratou-se de, na ausência de legislação nacional específica, estabelecer um conjunto de regras que permitisse ao FUNBIO agir nessa área, de acordo com os princípios propostos na Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB). O texto foi produto do trabalho de comissão especializada, formada por membros do CD, e constitui uma contribuição significativa para a implementação da Convenção em território nacional.

A outra, o lançamento de um programa de estudos estratégicos, isto é, de estudos sobre temas de importância para conservação e uso sustentável da biodiversidade, que possam vir a representar nichos de ação para o FUNBIO. A partir de um exercício piloto, decidiu-se que será desenvolvido um programa de tratamento sistemático de temas que possam vir a representar cursos alternativos de atuação, inclusive de captação de novos recursos, para o Fundo.

Portanto, o FUNBIO avança, define o seu perfil institucional e, ainda que dentre mudanças, estabelece rumos para o seu futuro.

Assim, é com satisfação que, ao apresentar o Relatório de 1999 do FUNBIO, mais uma vez, convido a todos os interessados na questão ambiental a conhecer a atuação desta pequena, porém efetiva entidade e a dela participar. Vejo em seus programas excelentes oportunidades para a sociedade brasileira, particularmente para a comunidade empresarial, tomar contato e experimentar modelos sustentáveis de desenvolvimento, associados à conservação e ao uso sustentável dos recursos biológicos nacionais.

Roberto Konder Bornhausen  
Presidente do Conselho Deliberativo  
Fevereiro de 2000

## **2. A BIODIVERSIDADE**

Além de registrar as ações mais relevantes para a biodiversidade ocorridas em 1999, este relatório apresenta um resumo da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Assinada por mais de 170 países de diferentes credos e costumes, a CDB é um documento que baliza as ações relacionadas à biodiversidade em todo o mundo. No Brasil, sua implementação levou à criação do Funbio.

### ***O DESAFIO DA CDB***

Meio-ambiente e desenvolvimento sustentável são temas que têm motivado grandes debates internacionais. A primeira vez que eles fizeram parte da agenda diplomática mundial foi em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo. Outras reuniões se seguiram desde então. Em todas elas, a questão da diversidade biológica e do desenvolvimento sustentável foi discutida dentro de um contexto que envolve a garantia de condições básicas de sobrevivência para o ser humano. A comunidade internacional considera que degradação humana e degradação ambiental estão intrinsecamente relacionadas e, portanto, torna-se imperativo para a conquista da sustentabilidade dos recursos naturais promover condições dignas de sobrevivência às famílias e um ambiente saudável e produtivo.

A comunidade internacional reconhece a necessidade de se adotar um novo modelo de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável. Da mesma forma, enfatiza o valor dos recursos naturais, notadamente da diversidade dos seres vivos - ou biodiversidade -, para o desenvolvimento econômico social.

A percepção de que a biodiversidade era um bem comum da humanidade, de intrínseco valor ecológico, genético, social, econômico, científico, educacional, cultural, recreativo, estético e indispensável para a manutenção da biosfera levou as Nações Unidas, em 1988, a promover a elaboração de um instrumento legal balizador das futuras ações quanto à questão da biodiversidade. Quatro anos depois, a CDB foi assinada pelos países participantes da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992.

A CDB é inovadora e, principalmente, ousada em seus propósitos, pois está calcada no binômio conservação-utilização - premissas aparentemente antagônicas. A Convenção propõe que os recursos naturais não sejam apenas resguardados em unidades de conservação mas sim utilizados por todos com consciência, de forma a garantir o desenvolvimento daqueles que fazem uso deles, direta como indiretamente. A correta utilização dos recursos deve gerar condições dignas de vida, principalmente nos países em desenvolvimento, onde se encontram a maior parte dos habitats naturais.

A CDB tem por propósito estabelecer normas e regras gerais que sirvam de princípio para os países membros sem, no entanto, estipular prazos ou obrigações. O documento contém 42 artigos e dois anexos.

O primeiro artigo aborda “A conservação da diversidade biológica, o uso sustentável dos seus componentes e a partilha justa e eqüitativa dos benefícios advindos da utilização dos recursos genéticos, através do acesso a esses recursos, da transferência de tecnologia pertinente e de financiamento apropriado”. Os seguintes definem os termos e os meios para a realização desses objetivos e tratam de questões operacionais e de funcionamento.

Os artigos da CDB podem ser divididos em diversos grupos. Alguns tratam especificamente da conservação dos recursos biológicos. Nesse sentido, aconselham a identificação e o monitoramento dos ecossistemas de alta diversidade biológica, que contenham espécies endêmicas ou ameaçadas de extinção, e dos que contenham espécies de valor medicinal e agrícola, dentre outros. Esses itens abordam, também, a necessidade de se identificar as atividades cujos impactos ameaçariam a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais.

A CDB recomenda a criação de espaços protegidos assim como o estabelecimento de um manejo adequado dessas áreas e a promoção de atividades sustentáveis em suas cercanias (art. 8). Ela ressalta a importância do resgate do conhecimento de comunidades indígenas ou locais para o bom encaminhamento dos propósitos da convenção, não se esquecendo de dividir com as mesmas os lucros da utilização de seus conhecimentos. Recomenda, ainda, que sejam adotadas medidas para a conservação ex situ (art. 9), de preferência no próprio país de origem.

A CDB assegura ao país detentor dos recursos biológicos a soberania de sua exploração, em conformidade com sua legislação interna. Da mesma forma, lhe imputa a responsabilidade sobre seu mau uso e sobre os efeitos ambientais que porventura atinjam áreas além de seu território (art. 3, 4). Os países signatários da Convenção devem, de acordo com suas possibilidades, adotar estratégias e programas nacionais de conservação e uso sustentável e mitigadores de impactos ambientais ou, então, adaptar os já existentes, assim como promover a cooperação entre os setores público e privado, organizações não-governamentais e com governos estrangeiros (art. 5, 10, 11, 14, 17 e 18). Dentro dessa perspectiva, é de extrema relevância a promoção de políticas educacionais que promovam, encorajem e, sobretudo, elucidem as medidas de conservação e uso sustentável adotadas, somando-se a isso o incentivo a práticas científicas, que gerarão informações sobre o funcionamento dos ecossistemas e, deste modo, facilitarão o seu manejo (art. 12, 13).

A CDB recomenda que a cooperação entre governos não se limite apenas ao intercâmbio de informações técnicas e científicas (art. 15, 16, 19, 20 e 22) e sugere a

facilitação do acesso aos recursos genéticos para os países pobres em biodiversidade, porém detentores de recursos financeiros e tecnológicos (países desenvolvidos). Da mesma forma, sugere que se promova a transferência de tecnologia apropriada e o suporte financeiro para os países ricos em biodiversidade, porém econômica e tecnologicamente menos capacitados (países em desenvolvimento). Essa transferência deve, contudo, respeitar as leis de patentes e direitos de propriedade estabelecida nas respectivas legislações ou obrigações advindas de outros acordos internacionais, reiterando-se sempre a importância da partilha dos benefícios.

Os principais mecanismos de implementação da CDB, descritos nos artigos 21, 23, 24 e 25, são:

- . o mecanismo de facilitação (mais conhecido por Clearing-house mechanism), responsável pela cooperação técnico-científica;
- . o já estabelecido secretariado, de caráter puramente administrativo e executivo;
- . a Conferência das Partes (COP), composta de delegações de todos os países signatários, observadores e representantes da sociedade civil, realizada periodicamente com o intuito de ponderar sobre os assuntos relacionados à implementação da CBD;
- . um Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTTA), cuja função é assessorar a COP;
- . um mecanismo financeiro, exercido pelo Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF).

Para se averiguar o cumprimento dos objetivos da CDB pelos países signatários, estes se comprometem a apresentar relatórios com os resultados da implementação da Convenção (art. 26), em intervalos definidos pela COP.

No Brasil, o governo adotou medidas para responder aos desafios lançados pela CDB em duas etapas. A primeira, tomada no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, foi a criação do Programa Nacional de Diversidade Biológica (Pronabio) e da Coordenação Geral de Diversidade Biológica (Cobio). Posteriormente, no âmbito destes dois instrumentos, foram criados o Probio e o Funbio, o primeiro voltado para apoiar a definição das políticas e o segundo para a implementação de projetos em conservação e uso sustentável da biodiversidade.

## ***A BIODIVERSIDADE EM 1999***

A partir da ratificação da CDB, teve início um novo processo de negociações internacionais, motivado principalmente pelo grande interesse - e conseqüente disputa - pelos recursos genéticos e o desenvolvimento mundial da indústria de biotecnologia. Mesmo assim, foram dados vários passos no Brasil e no mundo em direção a uma utilização mais racional da biodiversidade.

Um dos principais eventos de 1999 foi a realização, na Colômbia, de uma reunião extraordinária da Conferência das partes para dar início às negociações de um Protocolo de Biossegurança, que tem como objetivo principal regulamentar o comércio, o uso e o manejo de organismos geneticamente modificados (OGMs). Trata-se de matéria extremamente polêmica, pois busca o equilíbrio entre as negociações de cunho ambiental e comercial. Existem várias divergências. Enquanto parte dos países signatários era favorável à produção e ao livre comércio de tais produtos, outros defendiam a necessidade de estudos prévios de impacto não somente ao meio ambiente como principalmente à saúde humana.

O Brasil conta, desde 1995, com a Lei de Biossegurança (Lei nº 8.974, regulamentada no mesmo ano). Em acordo com o Art. 225 da Constituição Federal, particularmente os incisos II e V do parágrafo 1º, esta lei visa a regularizar e fiscalizar as atividades que envolvam o uso de técnicas de engenharia genética e a liberação no ambiente de OGMs, determinando a criação de uma Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

O interesse suscitado pela utilização dos recursos genéticos, e as vantagens econômicas a eles atrelados, têm gerado encontros voltados para a discussão deste tema, como a Reunião do Painel de Peritos da CDB sobre Acesso e Repartição dos Benefícios dos Recursos Genéticos, realizada em São José da Costa Rica. Foram consolidadas as seguintes posições em seu relatório final: a necessidade de uma maior flexibilidade nas legislações nacionais no sentido de dotar autoridades e instituições nacionais de espaço de manobra para a condução de negociações relacionadas com a conservação e o uso sustentável dos recursos genéticos; a possibilidade de um sistema descentralizado de acesso, no caso de existirem mais de uma autoridade competente na sua administração e a necessidade das legislações nacionais considerarem decisões advindas de acordos internacionais, como no caso de eventual regime facilitado de acesso para os recursos genéticos para a agricultura e alimentação no âmbito da FAO.

Ainda no plano internacional, o ano de 1999 abrigou a quarta reunião do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico, Técnico e Tecnológico (SBSTTA-4), realizada em Montreal, cidade canadense designada como sede permanente do Secretariado da CDB. Uma de suas recomendações foi a adoção dos Princípios de Abordagem Ecológica - que se baseiam na natureza hierárquica da diversidade biológica, caracterizada pela interação de genes, espécies e ecossistemas -, de forma a promover o manejo integrado dos solos, da água e dos recursos biológicos, garantindo assim a conservação e o uso sustentável de maneira equilibrada. A diversidade cultural e a biológica são os componentes centrais da abordagem ecológica, que considera a associação dos interesses locais com um interesse público mais amplo e a devida valoração dos sistemas naturais e de seus serviços. No seu gerenciamento é imperativo o uso de práticas adaptativas que levem em conta a falta de conhecimento e a natureza complexa e dinâmica dos ecossistemas e dos fatores sociais.



A reunião também discutiu as Bases para um Programa de Taxonomia (*Global Taxonomy Initiative*), que demonstra a importância dos taxonomistas para a execução da CDB, uma vez que esta sugere a necessidade de metodologias para a identificação e a classificação da diversidade biológica. Os ecossistemas de desertos, os mediterrânicos, do árido e semi-árido, as pradarias e savanas foram escolhidos pela SBSTTA-4 como tema para o estudo da “Avaliação do *status*, das características e das opções para a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica terrestre”. Estas áreas apresentam características ecológicas - como o clima, fauna e flora - e de funcionamento - como a produtividade e os ciclos biogeoquímicos - completamente diferentes das dos demais sistemas terrestres, merecendo, por isso, especial atenção. Os demais temas em tela foram: desenvolvimento de princípios para a prevenção e o controle do impacto de espécies exóticas nos ecossistemas; considerações sobre as consequências para a conservação e o uso sustentável do uso de novas tecnologias de controle da expressão gênica em vegetais; considerações sobre a incorporação da diversidade biológica na avaliação de impactos ambientais e o desenvolvimento de práticas de uso sustentável, incluindo o turismo.

O Brasil tem realizado esforços para proteger e ampliar os espaços já resguardados em unidades de conservação bem como as demais áreas contendo sistemas naturais, além de traçar diretrizes de utilização dos seus recursos. As propostas vão desde o levantamento de dados sobre a distribuição da biodiversidade e a localização das áreas naturais e antropizadas e indicadores sócio-econômicos até a criação e revisão de leis ambientais. Um dos projetos de destaque é a realização de seminários regionais pelo Probio, que buscam identificar e estabelecer ações prioritárias para a conservação da diversidade biológica dos biomas brasileiros. Os workshops têm caráter participativo, com a presença de cientistas, técnicos, ambientalistas, empresários e entidades governamentais e não-governamentais. Em 1999 foram realizados os workshops de “Avaliação e Ação Prioritária para a Conservação dos Biomas da Zona Costeira e Marinha” e da “Mata Atlântica e Campos Sulinos”.

Na esfera legislativa destaca-se a regulamentação da Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605 de 1998 em acordo ao parágrafo 3º do trecho da Constituição relativo ao meio ambiente), que confere novos poderes ao Ibama - órgão executor da política ambiental - além de organizar e sistematizar os diversos textos anteriores que tratavam do assunto. O Ibama passa a dispor de instrumentos legais para aplicação de advertências, apreensões, punições, suspensão de atividades, bem como para aumentar o valor das multas, graduadas de acordo com a gravidade do dano ambiental.

Outra medida foi a aprovação de um projeto de lei que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), responsável por traçar as linhas gerais da política de criação, valoração e utilização das Unidades de Conservação. O projeto

está tramitando no Congresso há sete anos e irá, finalmente, para votação em regime de urgência na Câmara e no Senado. O Brasil conta com 184 unidades de conservação federal, distribuídas sobre mais de 390 mil km<sup>2</sup>, além de unidades estaduais e municipais, reservas indígenas e reservas particulares de patrimônio natural.

Menciona-se, ainda, a elaboração de uma proposta de atualização do Código Florestal vigente (Lei 4771 de 1965). A revisão prevê o recálculo da porcentagem de área mínima em cada propriedade particular destinada obrigatoriamente como Reserva Legal; a redefinição das áreas de preservação permanente; questões referentes à exploração econômica das mesmas e ao reflorestamento com espécies agroflorestais (como eucaliptus e pinus).

Também se destacam no ano de 1999 os avanços realizados pelo Funbio. Além de continuar apoiando os 10 projetos de conservação e uso sustentável da diversidade biológica, o Funbio contribuiu para a elaboração de um arcabouço de princípios e diretrizes que vão servir de referência para as ações na área da bioprospecção. A criação de um código de conduta para a utilização do patrimônio genético, por uma comissão específica constituída pelo seu Conselho Deliberativo, veio em resposta à ausência de uma legislação pertinente e ante a necessidade de analisar as solicitações de apoio financeiro submetidas a esta entidade. Este código tem por instância normativa a Convenção sobre Diversidade Biológica e como orientação estar em conformidade com a legislação nacional correlata, ter os segmentos da sociedade civil como cliente-alvo e apoiar ações demonstrativas e de longo prazo.

### **3. O FUNBIO**

#### ***UM ANO DE DESAFIOS***

O ano de 1999 trouxe para o Funbio dois grandes desafios. Além de ser o ano previsto para a realização da Avaliação Intermediária - uma revisão a meio do projeto exigida contratualmente pelo Banco Mundial -, marcou o início de um processo radical de mudança, que terminará em dezembro de 2000: a transformação do Funbio em uma entidade independente.

A mudança institucional foi provocada pela decisão da Fundação Getúlio Vargas, comunicada ao Banco Mundial no final de 1998, de não mais abrigar o Funbio. Diante dessa medida, os responsáveis pela Avaliação concluíram, depois de analisar o desempenho do Fundo em seus quatro anos de operação, que a entidade estava preparada para ter uma vida independente e definiram as ações necessárias para viabilizar esta nova situação.

A independência do Funbio exigiu, e ainda exige, um grande esforço. Enquanto esteve ligado à FGV, suas operações eram realizadas por um grupo reduzido de funcionários, dedicado apenas às ações de fomento e de captação de recursos. Ao deixar a instituição hospedeira, o Funbio viu-se obrigado a criar uma nova estrutura organizacional que contemplasse também as atividades administrativas e financeiras.

Paralelamente a esse processo de reorganização institucional, o FUNBIO dedicou-se a consolidar os programas concebidos em 1998 e a expandir suas atividades, com a implantação de novas linhas de ação. Os 10 projetos escolhidos para apoio no "Edital 96/97" tiveram prosseguimento em sua implementação. Foram selecionados projetos do programa de "Fundos de Parceria", dois dos quais foram assinados no final do ano (Fundação Ford e Instituto Terra). Através desse programa, o Funbio captou em 1999 recursos no valor de cerca de US\$ 1 milhão.

Um dos novos programas implementados em 1999, o projeto-piloto "Linha de Apoio ao Desenvolvimento de Planos de Negócios", tem como objetivo ajudar a viabilizar projetos ambientais já existentes, enfrentando porém diferentes problemas para atingir efetiva consolidação. Foram selecionados seis projetos, que foram implementados ao longo do ano. Outro projeto-piloto criado em 1999 foi o "Programa de Estudos Estratégicos", que tem como meta buscar novos nichos de atuação para o Funbio. Nesse programa, o tema do ecoturismo começou a ser investigado como área potencial de trabalho para o FUNBIO, tendo resultado no desenvolvimento de uma proposta de programa de capacitação em melhores práticas para o ecoturismo.

Ainda em 1999, o Funbio criou o Código de Conduta sobre Prospecção Biológica, um arcabouço de princípios, normas e diretrizes que disciplinam suas atividades e as de instituições que recebem o seu apoio financeiro em projetos de prospecção biológica ou etnobiológica.

## **GESTÃO**

A gestão do FUNBIO é exercida pelos seguintes órgãos:

I - *Conselho Deliberativo* - Órgão supremo do Funbio, é responsável pela administração direta da entidade e pela deliberação quanto às decisões e à definição de políticas e prioridades. É composto por pessoas físicas oriundas dos setores empresarial (4), acadêmico (4), não governamental (4), além de representantes do Ministério do Meio Ambiente (2) e da Fundação Getúlio Vargas (2) esta última, instituição que oferece abrigo institucional ao Funbio.

II - *Comissões Técnicas* - Agregam competências específicas de membros do Conselho Deliberativo, constituindo-se em instâncias de análise, aconselhamento e

recomendação ao Conselho e à Secretaria Executiva do Funbio. Em 1999, além das 5 Comissões já em operação - Planejamento e Estratégia; Captação de Recursos; Finanças e Auditoria; Fomento e Acompanhamento e Avaliação - foi criada a Comissão de Bioprospecção.

III - *Comitê Executivo* - Composto pelos presidente e vice-presidente do Conselho Deliberativo, além dos coordenadores das Comissões Técnicas, é a instância coordenadora dos trabalhos das Comissões e supervisora e orientadora das ações da Secretaria Executiva.

IV - *Secretaria Executiva* - É a instância de execução da estratégia e do programa de trabalho do FUNBIO, tanto nos seus aspectos técnicos quanto administrativos e financeiros, subsidiando ainda o Conselho Deliberativo com propostas, análises e informações necessárias às suas decisões.

Considerações com respeito à representação geográfica e de gênero são levadas em conta na composição do Conselho Deliberativo, embora a principal ênfase seja dada à capacidade dos indivíduos em contribuir significativamente para os objetivos do Funbio. Assim, o foco é a participação de lideranças provenientes de diferentes setores envolvidos na questão da biodiversidade no Brasil, buscando garantir representatividade e liderança a suas ações.

#### **Membros Vogais do Conselho Deliberativo**

<b>Nome</b>	<b>Setor</b>	<b>Instituição</b>
José Luiz Magalhães Neto	Empresarial	Grupo Belgo Mineira
Roberto Cesar de Andrade	Empresarial	BRASCAN
Guilherme Frering	Empresarial	Caemi Mineração e Metalurgia
Roberto K. Bornhausen	Empresarial	Unibanco
Ângelo Barbosa M. Machado	Científico	UFMG
Benjamin Gilbert	Científico	Fundação Oswaldo Cruz
Miguel Petrere Jr.	Científico	UNESP
Virgilio Mauricio Viana	Científico	ESALQ
Garo Batmanian	Ambientalista	WWF/Brasil
Gustavo A.B. Fonseca	Ambientalista	Conservation International
Ibsen de Gusmão Câmara	Ambientalista	FBCN
Jean Marc von der Weid	Ambientalista	AS-PTA
Antonio Sergio Braga	Governamental	MMA
José Pedro de Oliveira Costa	Governamental	MMA
Aspásia B. Alcântara Camargo		Fundação Getulio Vargas
José Affonso Barbosa		Fundação Getulio Vargas

## 4. AVALIAÇÃO

### ***METAS PROGRAMÁTICAS***

#### *Fundos de Parceria*

Criado em 1998, o Programa de Fundo de Parceria é um mecanismo inovador de fomento e captação de recursos e que estimula sinergias entre o FUNBIO e outras entidades que desenvolvem ações de conservação e uso sustentável da diversidade biológica no país.

Os fundos de parceria visam a financiar, de forma consorciada, projetos de interesse comum das instituições-parceiras, em áreas temáticas consideradas prioritárias da conservação e do uso sustentável da biodiversidade no Brasil. Cada fundo é formado pelo aporte do FUNBIO e por uma doação do parceiro. A contribuição do parceiro deve ser no mínimo de 50% do total do fundo, sendo esse percentual negociado caso a caso. Deve ainda ter o valor mínimo de US\$ 200.000, não havendo limite máximo de recursos a comprometer por parceria.

Os critérios definidos para avaliar e negociar propostas de fundos de parceria são os seguintes:

- afinidade de princípios e objetivos entre o parceiro e o FUNBIO, no horizonte de atuação do fundo de parceria.
- a perspectiva de que a parceria dê início a uma relação de longo prazo entre os parceiros.
- os projetos a serem apoiados deverão ter como eixo temático a conservação associada ao uso sustentável dos recursos genéticos e biológicos e representar impacto significativo para a conservação da diversidade biológica.

Até o dezembro de 1999 foram recebidas 46 propostas, tendo sido selecionadas 27 para iniciar negociações. As propostas recebidas somaram cerca de US\$ 26 milhões de oferta de recursos de parceiros.

O processo de negociação com cada proponente selecionado inicia-se com o estabelecimento de um grupo de trabalho, composto por representantes da entidade proponente e da Secretaria Executiva do FUNBIO. Esse grupo discute em detalhe as condições de estabelecimento e funcionamento do fundo de parceria em questão, os procedimentos e critérios de seleção de projetos a serem apoiados, os procedimentos e critérios de acompanhamento e avaliação dos projetos e, quando os projetos já foram indicados, o seu detalhamento. Essas negociações são acompanhadas pelo Conselho Deliberativo do FUNBIO. Quando as negociações

chegam a bom termo, é elaborado e assinado um contrato para reger o fundo de parceria em questão.

Até dezembro de 1999 foram assinados dois contratos de fundos de parceria. As doações condicionadas a serem feitas ao FUNBIO por conta desses contratos totalizarão US\$ 995 mil dólares, aportando o FUNBIO recursos de igual quantia aos projetos apoiados.

Proponente	Local	Assinatura do Contrato	Interesse específico	Valor	
				Funbio	Parceiro
<b>Fundação Ford</b>	Amazônia e Mata Atlântica	17/11/1999 duração: 24 meses	Apoiar projetos de desenvolvimento local com enfoque conservacionista e uso sustentável.	US\$ 500 mil	US\$ 500 mil
<b>Instituto Terra</b>	Aimorés - ES	30/11/1999 duração: 36 meses	Desenvolver um processo educacional e de pesquisa voltado para a recuperação de áreas degradadas utilizando as atividades de recuperação florestal, que serão promovidas em uma RPPN (Fazenda Bulcão), como áreas de demonstração e estudo subsidiando pesquisa e educação.	US\$ 495 mil	US\$ 495 mil

### *Linha de Apoio para o Desenvolvimento de Planos de Negócios*

Dentro de sua estratégia de identificar nichos de atuação que gerem impacto diferencial e positivo para a biodiversidade, o Funbio implementou ao longo de 1999 um programa-piloto que vem preencher uma lacuna no apoio a projetos de uso sustentável da biodiversidade no Brasil: viabilizar a continuidade e o crescimento de empreendimentos já iniciados, que enfrentam diversos tipos de estrangulamento.

Denominado *Linha de Apoio ao Desenvolvimento de Planos de Negócios*, esse piloto tem por objetivo diagnosticar e definir estratégias de superação de estrangulamentos recorrentes neste tipo de empreendimentos, tais como o limitado conhecimento sobre o mercado de atuação, a baixa capacidade de gestão e a inexistência de planos de negócios, análises de risco e de conhecimento sobre potencial de retorno dos projetos. A partir da análise detalhada das necessidades e entraves, o Funbio desenvolve uma estratégia de negócios para os mesmos.

O programa beneficia cooperativas de produção, micro, pequenas e médias empresas, organizações familiares ou comunitárias e outras organizações voltadas para a produção de bens e serviços oriundos do uso sustentável da biodiversidade.

Dezesseis empreendimentos foram convidados a apresentar carta-consulta para o programa. Dos dez que enviaram proposta, seis foram selecionados. A seguir, apresentamos os resultados das ações realizadas nessa linha de apoio.

#### Projeto "Produção e Comercialização de Produtos Agroextrativistas do Bioma Cerrado"

Executor: Agrotec-Centro de Tecnologia Agro-ecológica de Pequenos Agricultores  
Localização: Município de Diorama-GO

Objetivos: i) cultivo de plantas medicinais adaptadas e nativas e produção de medicamentos fitoterápicos; ii) criação e manejo de animais silvestres; iii) produção de frutas desidratadas.

Resultados: O plano de negócios foi concluído, tendo identificado taxa de retorno significativa para a linha de produtos fitoterápicos. Foram iniciadas negociações com parceiros potenciais identificados - dentre os quais a Fiocruz, o Incra e as Secretarias de Meio Ambiente, de Ciência e Tecnologia e de Saúde do Estado de Goiás -, voltadas para fornecimento de apoio técnico, financeiro e de mercado para o empreendimento.

Investimento total necessário definido pelo plano de negócios: R\$ 547.660,00

Continuidade do apoio: O Funbio fez um aporte de R\$ 94.646,00 no projeto para concluir as linhas de sólidos e líquidos do laboratório de fitoterápicos, a fim de possibilitar o início da geração de receita e evitar a descapitalização do empreendimento.

#### Projeto "Uso Sustentado da Tartaruga-da-Amazônia por Pequenos Produtores Rurais do Médio Araguaia"

Executor: Pró-Fauna Assessoria e Comércio Ltda

Localização: Médio Araguaia-GO

Objetivo: desenvolver sistemas de produção de comercialização de tartarugas da Amazônia de forma sustentável.

Resultado: o plano de negócios foi concluído e indicou viabilidade econômica significativa e impactos sócio-ambientais positivos. A empresa encaminhou proposta para formação de Fundo de Parceria com o Funbio, que está em negociação.

Investimento total necessário definido pelo plano de negócios: R\$ 418.210,00

## Projeto "Manaós"

Executor: Oficina Escola de Lutheria da Amazônia/Imaflora

Localização: Manaus-AM

Objetivo: produção e comercialização de instrumentos musicais e de madeiras certificadas para lutheria

Resultado: o plano de negócios foi concluído e identificou-se o interesse do BNDES no apoio ao projeto. O Funbio apoiou a Oficina Escola de Lutheria da Amazônia/ Imaflora nas negociações para obtenção de recursos financeiros junto ao Banco, que deu parecer favorável a um investimento de R\$ 300 mil, para implementação do plano de negócios do empreendimento.

Investimento total necessário definido pelo plano de negócios: R\$ 319.061,00

## Projeto "Grande Sertão: uma proposta para reprodução de populações tradicionais do Norte de Minas através do uso e preservação da biodiversidade dos cerrados e caatinga"

Executor: Grande Sertão/ CAA-Centro de Tecnologia Alternativa do Norte de Minas

Localização: Montes Claros-MG

Objetivo: manejo, produção e comercialização de polpas de frutas nativas do cerrado

Resultados: o plano de negócios comprovou a viabilidade econômica do empreendimento, mas identificou dificuldades na comercialização da produção da micro-empresa.

Continuidade do apoio: foi estimada a necessidade de um aporte de R\$ 72.600,00 para superação, a curto prazo, dos gargalos identificados a fim de garantir a continuidade do empreendimento. O Funbio aprovou esse apoio emergencial e o projeto já se encontra em execução.

Investimento total necessário definido pelo plano de negócios: R\$ 412.198,00.

## Projeto "Beneficiamento e Comercialização Solidária de Produtos Agroflorestais na Amazônia"

Localização: Ouro Preto do Oeste - RO

Executor: APA-Associação dos Produtores Alternativos

Objetivo: manejo, produção e comercialização de palmito de pupunha

Resultado: o plano de negócios foi concluído, tendo comprovado boa taxa de retorno para a produção e comercialização de palmito de pupunha. O Funbio aprovou um aporte de R\$ 75.619,00, destinado a finalizar a unidade de beneficiamento de palmito e a dar início à sua comercialização. Esse apoio contribuirá para a sustentabilidade econômica e ambiental do conjunto das atividades atualmente realizadas pela APA.

Investimento total necessário definido pelo plano de negócios: R\$ 145.400,00



## Projeto "Reestruturação da Comag"

Localização: Ourém-PA

Executor: COMAG-Cooperativa Mista Agropecuária do Alto Guamá

Objetivo: produção e comercialização de polpas de frutas congeladas

Resultado: a elaboração do plano de negócios foi suspensa com base no parecer do consultor responsável por sua elaboração, que sinalizou a falta de condições para a execução do trabalho, devido a problemas organizacionais da cooperativa. Esse diagnóstico motivou um processo de reestruturação por parte da entidade.

### *Programa Estudos Estratégicos*

Outra experiência piloto iniciada em 1999 foi o Programa de Estudos Estratégicos. Trata-se de uma linha de trabalho que tem como objetivo subsidiar a busca de nichos de atuação para o Funbio.

Áreas de atuação com bom potencial para o Fundo tornam-se objeto de um estudo. Este tem como finalidades: i) realizar um breve diagnóstico da área temática, verificando o estado da arte, as políticas existentes e os mecanismos de financiamento já disponíveis; ii) julgar se há viabilidade de o Funbio contribuir ou realizar alguma ação relevante relacionada com a mesma; iii) caso a avaliação seja positiva, desenvolver uma proposta de ação para o Fundo na área; iv) identificar potenciais parcerias e uma estratégia de captação de recursos para a viabilização financeira do programa de atuação desenvolvido. Para realização do estudo são contratados consultor(es) especializados.

Ao longo de 1999, o FUNBIO desenvolveu o primeiro estudo estratégico que teve por tema o ecoturismo. O estudo identificou a capacitação como nicho de oportunidade para o Fundo nessa área. Nesse sentido foi desenvolvida uma proposta de atuação denominada *Programa Melhores Práticas para o Ecoturismo-MPE*, que visa a capacitação em dois níveis: i) de profissionais que servirão de agentes de capacitação e difusão de melhores práticas em ecoturismo e ii) de equipes locais que operam projetos ecoturísticos localizados em áreas remotas. Este programa deverá, ao longo do ano 2000, ser divulgado e debatido com profissionais do ramo, potenciais financiadores e beneficiários. Sua implementação está prevista para 2001.

## *Código de Conduta sobre Prospecção Biológica*

Embora signatário, desde 1992, da Convenção sobre a Diversidade Biológica, o Brasil não conta até agora com uma legislação específica para regulamentar o acesso aos recursos genéticos do país. Existem quatro projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que, no entanto, ainda não têm data de votação prevista. Na falta de normas legais que norteassem a sua atuação no fomento a projetos de bioprospecção no país, e para assegurar a lisura e transparência de suas ações e daqueles a quem apóia, o Funbio tomou a iniciativa de criar em 1999 o Código de Conduta sobre Prospecção Biológica.

Tendo como referência os princípios e compromissos constantes da Convenção sobre a Diversidade Biológica, o Código de Conduta sobre Prospecção Biológica é um conjunto de princípios, normas e diretrizes que disciplinam as atividades do Funbio e das instituições que recebem o seu apoio financeiro - total ou parcialmente - para projetos de prospecção biológica ou etnobiológica. Dentre eles está o compromisso do Funbio e das instituições parceiras em fornecer às autoridades públicas competentes as informações relativas à prospecção biológica e etnobiológica no âmbito dos projetos, ao mesmo tempo em que se submetem à autorização, fiscalização e controle em suas atividades.

O Código de Conduta se aplica aos recursos biológicos ou genéticos continentais, costeiros, marítimos e insulares existentes no território nacional ou dos quais o Brasil é país de origem. Aplica-se também aos conhecimentos tradicionais associados das comunidades indígenas locais e às espécies migratórias que, por causas naturais, se encontrem em território nacional.

O Código de Conduta não se aplica aos materiais genéticos e quaisquer componentes ou substâncias dos seres humanos. A prospecção ou uso dos mesmos é expressamente vedada nos projetos apoiados financeiramente - total ou parcialmente - pelo Funbio. Também não se aplica ao intercâmbio de recursos biológicos ou genéticos, produtos derivados, cultivos agrícolas tradicionais ou de conhecimentos tradicionais associados, realizado pelas comunidades indígenas e locais, entre si, para seus próprios fins e baseado em sua prática costumeira.

Outra disposição do Código de Conduta proíbe, nos projetos apoiados pelo Funbio, o uso direto ou indireto de recursos biológicos e genéticos, material genético ou produtos derivados em armas biológicas ou químicas, ou em práticas nocivas ao meio ambiente e à saúde humana.

O cumprimento do Código de Conduta nos projetos apoiados pelo Funbio é assegurado por uma Comissão de Bioprospecção, composta por membros do Conselho Deliberativo do Funbio, além de consultores especializados. Nos

projetos de prospecção etnobiológica, a Comissão contará com um observador externo, representante de comunidade indígena ou local.

## **METAS INSTITUCIONAIS**

### *Avaliação Intermediária*

O Contrato de Doação dos recursos financeiros do Fundo Ambiental Global (GEF), assinado entre o Banco Mundial e a Fundação Getúlio Vargas, que criou o FUNBIO, prevê uma duração de 15 anos e define dois períodos para a execução do projeto - um de cinco anos e outro de dez. No primeiro, considerado como ciclo de implantação, estava acordada a realização de uma Avaliação Intermediária durante o terceiro ano de atividades, o que ocorreu em 1999.

O objetivo desta avaliação era rever metas institucionais, programáticas e legais do Funbio, visando ajustá-las para melhorar sua eficiência e eficácia. Iniciada em maio e concluída em agosto de 1999, a Avaliação envolveu a elaboração e discussão de pareceres de consultores independentes, e a sua discussão com membros do Conselho Deliberativo, da Secretaria Executiva e do Banco Mundial.

Os resultados da Avaliação destacaram um saldo positivo em relação à agilidade e transparência das experiências de fomento do Fundo, à probidade na utilização dos recursos financeiros, à criatividade de seus procedimentos para a captação de recursos e ao envolvimento ativo de seu Conselho Deliberativo em todos esses processos. Não obstante, a Avaliação sugeriu a necessidade de alguns ajustes, entre os quais uma redefinição da Missão do Fundo e do seu foco de atuação, que deveria ser mais preciso a fim de maximizar a utilização de seus recursos.

As conclusões do processo de avaliação geraram um conjunto de normas e procedimentos de ordem operacional, financeira e administrativa visando a orientar e facilitar o relacionamento do Fundo com seus patrocinadores e usuários.

Além disso, a avaliação definiu a missão do FUNBIO como catalisador de ações estratégicas em prol da conservação e uso sustentável da biodiversidade no Brasil, tendo como referência geral as diretrizes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Em relação à visão de futuro do Funbio, estabeleceu-se que é a de um fundo privado cuja arrecadação deverá vir de fontes diversas e em volume suficiente, permitindo que contribua de maneira significativa para o alcance de objetivos estratégicos, ou seja, o apoio a projetos que sirvam de referência para ações de conservação e uso sustentável da biodiversidade no Brasil.

A Revisão Intermediária definiu ainda algumas orientações estratégicas para a ação do Funbio. Em relação ao foco, estabeleceu-se que o Funbio deve adotar estratégias para minimizar a pulverização de seus recursos e dar maior significado a sua ação. Para tal, deve buscar permanentemente definir e precisar focos em nichos prioritários de atuação, especialmente ao elaborar editais para chamadas de novos projetos.

O escopo inicial da Avaliação acabou ganhando maior abrangência ao ter que definir também as possibilidades e condições institucionais de prosseguimento do projeto Funbio, dado à solicitação da Fundação Getulio Vargas, feita em fins de 1998, de revisão dos termos de contrato de hospedagem do Funbio. A FGV entendeu que seu papel no projeto Funbio tinha sido o de uma incubadora e que o Fundo já estava em condições de ser gerido de forma independente.

A Avaliação Intermediária concluiu que o Funbio deveria ser transformado em uma organização autônoma, exclusivamente dedicada à causa da biodiversidade, adotando a forma de uma personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. O processo de saída do Funbio da FGV e sua conseqüente transformação em uma nova entidade começou em junho de 1999 e deve ser concluído em dezembro de 2000.

Definida a nova situação, havia que se encontrar uma maneira de conduzir o processo, buscando, ao mesmo tempo, manter as operações do Funbio. Para isso, foi criado um Plano de Transição.

O Plano de Transição é essencialmente administrativo. Ele complementa e se realiza em paralelo ao Plano Anual de trabalho (POA) de 1999, bem como complementar e se realizará em paralelo ao POA 2000. As atividades relacionadas ao Plano implementadas em 1999 incluíram a elaboração de pareceres e reuniões de trabalho com a equipe do Banco Mundial e do Comitê Executivo do Funbio durante as quais foram discutidas as questões legais relacionadas com a suspensão do contrato entre o BIRD e a FGV; as alternativas institucionais disponíveis para o novo FUNBIO; questões de formato contratual e de incidência tributária e a proposta de estatuto para a nova entidade.

No tocante às implicações tributárias da saída do Funbio da FGV e de sua instalação como entidade independente, bem como à transferência dos recursos e responsabilidades associadas à continuidade desse projeto, foram contratados os serviços especializados da empresa de auditoria Deloitte, Touche & Tomatsu. Os serviços dessa empresa foram utilizados também para a realização parcial e antecipada da auditoria anual do Funbio junto a FGV.

Outra ação do Plano de Transição realizada em 1999 foi a contratação de uma consultoria em gestão de recursos humanos. Com a saída da FGV, a Secretaria Executiva do Funbio deverá absorver um conjunto de atividades que estavam

sendo executadas pela Fundação - atividades de natureza contábil e administrativa que passarão ao seu controle direto. Além disso, a Avaliação Intermediária sugeriu a formalização da absorção por parte da Secretaria Executiva de uma série de tarefas técnicas que não constavam originalmente da sua descrição de funções mas que, na prática, tem sido assumidas por ela. Assim, visando dotar o Funbio de uma gestão estruturada de recursos humanos, foram contratados serviços especializados visando a elaboração de uma proposta de estrutura organizacional para a Secretaria Executiva, contendo descrição de cargos, organograma, plano de salários, plano de treinamento e processo de avaliação de sua equipe permanente.

Ainda em 1999, foi feito o registro em Cartório dos Estatutos do novo Funbio, revistos e aprovados pelo Conselho Deliberativo e pelo BIRD, como passo inicial para a criação oficial da nova entidade.

### ***Gestão de Ativos***

Para proteger os recursos destinados ao Funbio de eventuais instabilidades da economia brasileira, o Banco Mundial estipulou, no contrato de doação, que os recursos ficassem depositado no exterior e fossem geridos por uma instituição financeira internacional. Foi escolhido para gestor a Rothschild Asset Management (RAM), sediada em Londres. No ano de 1999, os recursos tiveram um rendimento de 12,43%.

Até este ano, o contrato com a RAM era supervisionado pela Fundação Getúlio Vargas. Com a transformação do Funbio em uma entidade independente, esta supervisão passará ser responsabilidade do Conselho Deliberativo e da Secretaria Executiva do Fundo. De acordo com recomendações da Avaliação Intermediária, o Funbio deverá contratar, como apoio, serviços profissionais independentes para monitorar os resultados dos investimentos feitos pelo gestor de ativos.

### ***Captação de Recursos***

A estratégia de captação de recursos em 1999 centrou-se na busca por constituir fundos de parceria, mecanismo de fomento adotado em 1998.

A idéia do fundo de parceria inverteu o processo usual: em vez de ir às organizações pedir recursos, passou-se a oferecer até metade do necessário para apoiar projetos de conservação e uso sustentável da biodiversidade de interesse dessas organizações, desde que atendam critérios de relevância e qualidade propostos pelo Funbio. O restante dos recursos para o apoio aos projetos são repassados ao FUNBIO, sob a forma de doação. As doações assim obtidas são apresentadas ao GEF, para que libere parcelas - equivalentes ao dobro das

doações demonstradas – dos US\$ 10,000,000 comprometidos, mas ainda não transferidos para o FUNBIO.

## **5. PERSPECTIVAS**

O Funbio entra em 2000 com uma palavra de ordem: consolidação. Após vivenciar um ano atípico, no qual a estrutura onde se assentava desde sua criação começou a ser reestruturada para a construção de uma nova, o Funbio viverá o ano que se inicia ainda sob a égide de um Plano de Transição que perdurará os próximos 12 meses, ao final dos quais deverá emergir uma entidade totalmente independente, capaz de assumir de forma integral e com competência as tarefas que motivaram sua existência.

Para que esta passagem institucional seja levada a cabo, muitas são as ações a realizar, dentre as quais destacam-se: a implantação de um novo escritório; a ampliação das funções técnicas da Secretaria-Executiva; a revisão da atuação do Gestor de Ativos e contratação de serviços independentes de monitoramento das aplicações financeiras no mercado internacional; a contratação de consultoria jurídica para orientar a nova sociedade civil em seus relacionamentos legais e regulamentares; a ampliação do quadro de funcionários e a terceirização de serviços administrativos e financeiros. Em resumo, fazer a nova entidade funcionar de forma independente sob os pontos de vista administrativo, legal e financeiro.

Além da consolidação institucional, o Funbio tem como meta para 2000 avançar significativamente - através da contratação de fundos de parceria - no ciclo de captação de recursos. O processo de negociação dos fundos de parceria foi iniciado em 1999 e deverá ser finalizado em 2001, com a assinatura da totalidade de contratos. Uma vez alcançado o patamar de US\$ 5 milhões, o Funbio terá cumprido as condições contratuais junto ao Banco Mundial e alavancado recursos no valor de US\$ 10 milhões junto ao GEF.

Outra importante meta é consolidar a busca de um foco mais preciso para a atuação do Fundo. Nesse sentido, uma das ações prioritárias será a potencialização de projetos já existentes, dando-lhes sustentabilidade e introduzindo uma visão de mercado. O projeto piloto foi testado em 1999 e, para 2000, a perspectiva é sua implementação definitiva, através do Programa de Apoio à Produção Sustentável (Paps). Ainda dentro dessa estratégia, outra ação que deverá ter continuidade em 2000 é o Programa de Estudos Estratégicos, cujo projeto piloto também foi desenvolvido durante o ano de 1999.

## 6. AUDITORIA

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO  
(Administrado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV)

*Demonstrações das Receitas e Despesas  
e do Fundo Patrimonial para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 1999 e 1998  
e Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

### PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores do  
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO  
Rio de Janeiro - RJ

- (1) Examinamos as demonstrações das receitas e despesas e dos fundos patrimoniais do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO (administrado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV), expressas em reais, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 1999 e 1998, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Fundo. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações.
- (2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos do Fundo; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pelo administrador do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações tomadas em conjunto
- (3) Em nossa opinião, as demonstrações referidas no parágrafo 1, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as receitas e despesas do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 1999 e 1998 e os seus fundos patrimoniais correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com os princípios contábeis descritos na nota 2.
- (4) As informações expressas em dólares norte-americanos resultam da tradução das correspondentes informações expressas em reais, de acordo com as bases descritas na Nota 2(c). Esta tradução não deve ser interpretada como se os montantes em reais representassem, tivessem representado ou pudessem ser convertidos em dólares norte-americanos.

15 de março de 2000

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC-SP 11.609 S/RJ

MARCELO C. ALMEIDA  
Contador  
CRC-RJ 36.206-3

DEMONSTRAÇÕES DAS RECEITAS E DESPESAS E DO FUNDO PATRIMONIAL  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998  
 (Em reais e dólares norte-americanos)

	1999		1998	
	R\$	US\$	R\$	US\$
<b>RECEITAS</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras de recursos sob administração da				
Rothschild Asset Management Limited	1.882.597	1,052,789	1.436.842	1,189,537
Fundação Getúlio Vargas - (Banco do Brasil)	<u>5.965</u>	<u>3,336</u>	<u>63.704</u>	<u>52,739</u>
Sub-total	1.888.562	1,056,125	1.500.546	1,242,276
Variação cambial	<u>5.535.526</u>	_____	<u>826.584</u>	_____
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<u>7.424.088</u>	<u>1,056,125</u>	<u>2.327.130</u>	<u>1,242,276</u>
<b>DESPESAS</b>				
<b>Correntes</b>				
De pessoal				
Salários	278.256	152,838	240.318	206,024
Obrigações patronais	97.043	53,338	76.564	65,566
Diárias de viagens	30.985	17,026	14.170	12,179
Assistência médica e hospitalar	7.303	4,205	7.019	6,076
Vales transporte e refeição	3.160	1,837	3.061	2,650
Contribuição previdenciária complementar	<u>1.334</u>	<u>725</u>	<u>3.677</u>	<u>3,156</u>
Sub-total	<u>418.081</u>	<u>229,969</u>	<u>344.809</u>	<u>295,651</u>
Material de consumo	4.960	2,740	2.691	2,325
Serviços prestados por pessoas físicas	139.050	76,823	101.553	87,222
Outros serviços e encargos				
Passagens	76.415	41,947	32.491	27,976
Serviços de impressão e encadernação	27.704	16,172	18.197	15,631
Franquia postal	4.220	2,295	2.063	1,758
Divulgação e publicidade	4.580	2,150	4.160	3,490
Financeiras - Bancárias	8.796	4,775	6.581	5,674

(continua)



FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO

DEMONSTRAÇÕES DAS RECEITAS E DESPESAS E DO FUNDO PATRIMONIAL  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998

(Em reais e dólares norte-americanos)

DESPESAS	1999		1998	
	R\$	US\$	R\$	US\$
Consultoria técnica	121.379	66,531	68.265	59,236
Serviços e encargos diversos	56.138	30,973	7.000	5,952
Hospedagem	6.931	3,813	1.877	1,645
Locação de mão-de-obra	11.915	6,508	4.575	3,913
Reparo e conservação de bens móveis e imóveis	216	118	3.054	2,693
Remuneração da FGV	115.122	64,382	90.033	74,537
Serviço de telecomunicações	11.933	6,668	5.780	4,949
Outras despesas	<u>16.941</u>	<u>9,667</u>	<u>6.455</u>	<u>5,545</u>
Sub-total	<u>462.290</u>	<u>255,999</u>	<u>250.531</u>	<u>212,999</u>
Aportes aos projetos	789.081	431,852	1.107.965	953,307
Outras transferências correntes	<u>100.259</u>	<u>53,385</u>		
Total	<u>1.913.721</u>	<u>1,050,768</u>	<u>1.807.549</u>	<u>1,551,504</u>
De capital				
Investimentos				
Equipamentos de processamento de dados	8.109	4,748	456	398
Mobiliário em geral	<u>57.221</u>	<u>30,864</u>	<u>708</u>	<u>633</u>
Sub-total	<u>65.330</u>	<u>35,612</u>	<u>1.164</u>	<u>1,031</u>
TOTAL DAS DESPESAS	<u>1.979.051</u>	<u>1,086,380</u>	<u>1.808.713</u>	<u>1,552,535</u>
Diferença cambial		<u>83,815</u>		<u>30,748</u>
EXCESSO (INSUFICIÊNCIA) DAS RECEITAS SOBRE AS DESPESAS	<u>5.445.037</u>	<u>(114,070)</u>	<u>518.417</u>	<u>(341,007)</u>
FUNDO PATRIMONIAL				
Recursos financeiros				
Rothschild Asset Management Limited	16.765.984	9,375,900	11.448.040	9,477,639
Fundação Getúlio Vargas (Banco do Brasil)	<u>438.431</u>	<u>245,180</u>	<u>311.338</u>	<u>257,511</u>
TOTAL	<u>17.204.415</u>	<u>9,621,080</u>	<u>11.759.378</u>	<u>9,735,150</u>

(conclusão)

As notas explicativas são integrante das demonstrações contábeis.

## FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES DAS RECEITAS E DESPESAS E DO FUNDO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998 (Em reais e dólares norte-americanos)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O FUNBIO tem por finalidade geral contribuir para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. Sem fins lucrativos, seu objetivo específico é a operação de um fundo voltado para o apoio financeiro e material de longo prazo a iniciativas associadas à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade localizada em território nacional, em consonância com o disposto na Convenção sobre Diversidade Biológica e no Programa Nacional da Diversidade Biológica, bem como de acordo com as diretrizes estabelecidas pelos órgãos governamentais competentes.

As principais fontes de captação de recursos são: (a) rendimentos provenientes de seus investimentos e aplicações financeiras no país e no exterior; (b) doações de recursos expressamente destinados ao custeio do FUNBIO, efetuados pelo Banco Mundial/Global Environmental Facility (GEF) e/ou por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, e por entidades internacionais; e (c) remuneração por serviços prestados que realizar na consecução de suas finalidades.

A formação do Fundo será efetuada através de recursos concessionários do GEF equivalentes a US\$20 milhões, a serem liberados como segue:

- US\$10 milhões quando cumpridas as determinações iniciais estabelecidas pelo GEF (o que já ocorreu em dezembro de 1996).
- US\$10 milhões proporcionalmente à medida em que o FUNBIO captar recursos no montante de US\$5 milhões junto ao setor privado e outras fontes.

Do montante de US\$10 milhões repassados pelo GEF em dezembro de 1996, US\$9.700 mil foram depositados num fundo de amortização ("sinking fund"), projetado para 15 anos de atividade e administrado pelo Rothschild Asset Management Limited. O FUNBIO foi criado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 28 de setembro de 1995, detendo autonomia administrativa, financeira e patrimonial, através de um Conselho Deliberativo e de uma Secretaria Executiva. A FGV, pela sua participação no Fundo, inclusive cessão de espaço em suas dependências e custos administrativos indiretos, faz jus à recepção de 6% ao final de cada ano sobre as receitas líquidas do FUNBIO.

#### 2. APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS E DO FUNDO PATRIMONIAL E DIRETRIZES CONTÁBEIS

Os princípios contábeis adotados no registro das transações e na elaboração destas demonstrações podem ser resumidos como segue:

##### a) Reconhecimento das receitas e despesas

Os recursos repassados pelo Banco Mundial (GEF) são recebidos em dólares norte-americanos, mediante depósito em conta bancária. Esses recursos são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos, mediante conversão para reais com base na taxa de compra do dólar norte-americano comercial, publicada pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto - ANDIMA.

As receitas financeiras no exterior são reconhecidas com base em demonstrativo em dólares norte-americanos preparado pela Rothschild Asset Management Limited e são convertidas para reais com base na taxa de compra do dólar norte-americano comercial.

As receitas financeiras locais decorrem da aplicação das disponibilidades em poder da Fundação Getúlio Vargas em fundos de investimentos e títulos de renda fixa e são apropriadas de acordo com a variação do valor da quota dos fundos e com o rendimento dos títulos.

As despesas são reconhecidas quando incorridas.

b) Imobilizado

Os gastos de aquisição de bens, equipamentos e mobiliário são apropriados integralmente como despesas de capital, quando do seu pagamento.

c) Conversão para dólares norte-americanos (US\$)

Os valores da demonstração das receitas e despesas e do fundo patrimonial foram convertidos para dólares norte-americanos como segue:

- Os recursos repassados pelo Banco Mundial/GEF, sob a administração da Rothschild Asset Management Limited, e as receitas financeiras correspondentes estão apresentadas pelo valor efetivo recebido ou auferido;
- As demais receitas financeiras foram convertidas para dólares norte-americanos com base na taxa de compra comercial, publicada pela ANDIMA, na data do resgate das aplicações financeiras ou no final de cada mês, o que ocorrer primeiro;
- As despesas foram convertidas pela mesma taxa de câmbio do dia do pagamento.

### 3. DESPESAS

As despesas podem ser demonstradas e resumidas por tipo de centro de custo, como segue:

	1999		1998	
	<u>R\$</u>	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>	<u>US\$</u>
Administração				
Secretaria executiva	366.972	202,449	318.286	272,766
Conselho deliberativo - CD	14.463	7,916	13.909	11,894
Sub-total	381.435	210,365	332.195	284,660
Desenvolvimento institucional				
Relações com instâncias normativas				
BID, GEF, FGV e CD	48.190	26,791	8.272	7,117
Comissões do CD	10.542	5,609	3.785	3,256
Sub-total	58.732	32,400	12.057	10,373
Planejamento - Atividades de planejamento	430	238	234	201
Informação e divulgação				
Acompanhamento de políticas	17.005	8,992	19.696	16,855
Estudos	16.297	9,193	40.046	34,766
Divulgação	39.970	22,959	13.103	11,246
Capacitação interna	12.249	6,383	181	161
Sub-total	85.521	47,527	73.026	63,028

Captação de recursos				
Estratégia de captação			2.241	1,941
Atividade de captação	575	315	28.032	24,103
Outros	20.829	11,429		
Sub-total	21.404	11,744	30.273	26,044
Fomento				
Edital	4.580	2,150	4.840	4,058
Outros	10.174	5,556		
Sub-total	14.754	7,706	4.840	4,058
Controle	4.652	2,652		
Obrigações contratuais				
Auditoria	14.274	8,039	11.000	9,594
Remuneração de gestor financeiro	84.976	46,528	57.265	49,642
Remuneração da FGV	115.122	64,382	90.033	74,537
Móveis, utensílios e outras despesas	136.845	74,570		
Outros	5.006	2,324	606	530
Sub-total	356.223	195,843	158.904	134,303
Projetos				
Apoio direto				
Projeto 01	26.650	14,579	87.650	74,710
Projeto 02	10.823	6,385	139.867	120,893
Projeto 03	147.824	80,687	133.092	113,935
Projeto 04	135.790	72,908	149.708	127,745
Projeto 05	130.000	72,198	50.000	43,070
Projeto 06	90.728	50,022	200.570	174,534
Projeto 07			91.988	79,888
Projeto 08	52.896	28,407	67.334	57,823
Projeto 09	122.670	67,451	116.600	100,599
Projeto 10	71.700	39,215	71.156	60,110
Sub-total	789.081	431,852	1.107.965	953,307
Apoio e desenvolvimento de planos de negócios				
Transferências correntes	100.259	53,385		
Outros	75.619	42,561		
Sub-total	175.878	95,946		
Apoio indireto				
Acompanhamento físico-financeiro	11.933	6,668	30.395	26,170
Coordenação e controle	55.720	30,498	57.594	49,367
Outros	23.288	12,941	1.230	1,024
Sub-total	90.941	50,107	89.219	76,561
TOTAL DAS DESPESAS	1.979.051	1,086,380	1.808.713	1,552,535

#### 4. APORTES AOS PROJETOS

Referem-se aos repasses efetuados para 10 projetos selecionados, em conformidade com o Acordo de Doação do Fundo Fiduciário do Meio Ambiente Mundial (GEF) e seus Anexos e o Manual de Operações do FUNBIO, previstos nos respectivos contratos celebrados entre as partes. Os projetos e os saldos dos repasses são os seguintes:

	1999		1998	
	R\$	US\$	R\$	US\$
Projeto 01 - Proposta de Gestão Participativa para o Parque Nacional da Tijuca	26.650	14,579	87.650	74,710
Projeto 02 - Planejamento Participativo na Elaboração de Manejo do Parque Nacional de Itatiaia	10.823	6,385	139.867	120,893
Projeto 03 - Detendo a Erosão Genética na Agricultura	147.824	80,687	133.092	113,935
Projeto 04 - Inventário dos Recursos Florestais da Mata Atlântica	135.790	72,908	149.708	127,745
Projeto 05 - Levantamento e Avaliação dos Recursos Pesqueiros Demersais na Zona Econômica Exclusiva Brasileira - Costa Sul	130.000	72,198	50.000	43,070
Projeto 06 - Centro de Excelência em Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sustentável.	90.728	50,022	200.570	174,534
Projeto 07 - Novos Mercados para a Borracha Ecológica da Amazônia			91.988	79,888
Projeto 08 - Conservação e Uso Sustentado dos Recursos Naturais na Região Centro-Oeste do Paraná	52.896	28,407	67.334	57,823
Projeto 09 - Apoio a Implementação da Gestão Participativa da Pesca no Médio Amazonas	122.670	67,451	116.600	100,599
Projeto 10 - Proteção e Conservação de Ecossistemas	71.700	39,215	71.156	60,110
TOTAL	789.081	431,852	1.107.965	953,307

## 5. FUNDO PATRIMONIAL

O fundo patrimonial representa o excesso acumulado das receitas sobre as despesas e pode ser representado como segue:

	1999		1998	
	R\$	US\$	R\$	US\$
No exterior				
Rothschild Asset Management Limited				
Depósito em conta corrente remunerada			1.173.226	971,294
Aplicações em títulos mobiliários	16.765.984	9,375,900	10.274.814	8,506,345
	16.765.984	9,375,900	11.448.040	9,477,639
Local				
Fundação Getúlio Vargas (Banco do Brasil)				
Depósito em conta corrente	137.951	77,145	(49.162)	(40,942)
Fundo de renda fixa	300.480	168,035		
Certificado de depósito bancário			360.500	298,453
	438.431	245,180	311.338	257,511
Total	17.204.415	9,621,080	11.759.378	9,735,150

As aplicações em títulos mobiliários referem-se a diversas aplicações financeiras em títulos de renda fixa e renda variável, moedas e operações com instrumentos derivativos, efetuadas pela Rothschild Asset Management Limited no mercado internacional, podendo ser resgatada a qualquer momento.

A Rothschild Asset Management cobra uma taxa de 0,5% a.a., paga trimestralmente sobre o valor da carteira administrada.

A movimentação do fundo patrimonial pode ser demonstrada como segue:

	1999		1998	
	R\$	US\$	R\$	US\$
Saldo inicial	11.759.378	9,735,150	11.240.961	10,076,157
Excesso (insuficiência) das receitas sobre as despesas	5.445.037	(114,075)	518.417	(341,007)
Saldo final	17.204.415	9,621,080	11.759.378	9.735,150

---